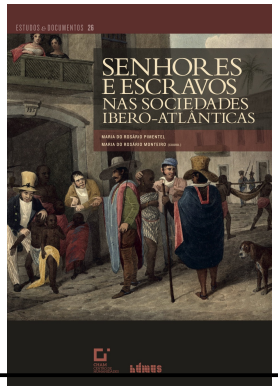

Senhores e escravos nas sociedades Ibero-Atlânticas

Coleção | Collection: Estudos & Documentos, Volume 26

DOI: https://doi.org/10.34619/rswl-6jsl

Homepage: https://livros.fcsh.unl.pt/cham

Maria do Rosário Pimentel Maria do Rosário Monteiro

Editor | Publisher:

Edições CHAM

https://livros.fcsh.unl.pt/cham

Copyright:

Maria do Rosário Pimentel; Maria do Rosário Monteiro, António Borges, Adriano Moreira, Alberto de Carvalho, António Manuel de Andrade de Moniz, António Martins, Carlos Engemann, Célia Maia Borges, Clara Sarmento, Elisete da Silva, Maria Cristina Neto, João Pedro Marques, Jonis Freire, Jorge Fonseca, Jorge Matta, José Augusto dos Santos Alves , Joseph Abraham Levi, Marcia Amantino, Marcia Eliane Alves de Souza, Margarida Vaz do Rego Machado, Rute Dias Gregório, Maria da Graça Alves Mateus Ventura, Miguel Real, Rocío Periáñez Gómez, Ronaldo Vainfas, Simon Edwards, Augusto Moutinho Borges, Martin Lienhard, Ana Maria Ramalhete, Rui Zink, Leonor Dias de Seabra, Maria de Deus Beites Manso, Maria do Rosário Pimentel, 2019

© O(s) Autor(es). Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s). This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

As afirmaÃ§Ães proferidas e os direitos de utilizaÃ§Ã£o das imagens sÃ£o da inteira responsabilidade do(s) autor(es). The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s). Â

MARIA DA GRAÇA ALVES MATEUS VENTURA*

Desenraizamento, doença e definhamento dos negros no Peru no século XVII

> El negro Dramuziando se queda muriendo de la llaga con que V. Merced lo truje y de cameras que será imposible que viva.[1]

Cartagena das Índias, centro de distribuição de escravos africanos no reino do Peru

Importa, em primeiro lugar, estabelecer o contexto deste estudo sobre os negros no Peru, considerando o espaço geoeconómico: a África Ocidental, como mercado abastecedor de negros, e Cartagena das Índias, como centro distribuidor para o Peru, entre 1595 e 1640.

O tráfico negreiro na Hispano-América, durante a União Ibérica, era monopólio dos *asientistas* portugueses. Desde o primeiro *asiento*, contratualizado por Pedro Gomes Reinel com Filipe II, em 1595, até 1640, apenas vigorou um período de licenciamento a cargo da Casa da Contratação de Sevilha, entre 1609 e 1615. João Rodrigues Coutinho (1601-1604), Gonçalo Vaz Coutinho (1605-1609), António Rodrigues de Elvas (1615--1622), Manuel Rodrigues Lamego (1623-1630) e Melchior Gomes Ângelo associado a Cristóvão Mendes de Sousa (1631-1640) contratualizaram com a monarquia ibérica o fornecimento anual de 4250 negros vivos (excepto Rodrigues de Elvas, que licenciou um máximo de 5000 negros vivos e um mínimo de 3500), mediante um pagamento anual que variou entre os 100 mil e os 170 mil ducados (Mellafe 1959, 24-26). De acordo com os dados disponibilizados por Enriqueta Vila Vilar, estimamos que, entre 1596 e 1608, tenham chegado a Cartagena das Índias 38 navios negreiros portugueses, dos quais 22

* Centro de História da Universidade de Lisboa, ICIA, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-9577-3038. *E-mail*: mgracaventura@letras.ulisboa.pt.

1 Carta de Manuel Baptista Peres (Lima) a seu sócio Sebastião Duarte (Cartagena), de 18 de Julho de 1630. Archivo General de la Nación (Lima, Perú) [AGN], Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 30, expediente 299, fl. 239v.

provinham de Cabo Verde e Guiné e 11 de Angola (Vila Vilar 1977, 148). A mesma autora, baseando-se na relação dos oficiais de Cartagena durante o *asiento* de Reinel, apresenta um quadro com dados relativos aos navios, mestres, licenças e negros desembarcados, cuja análise nos permite concluir que, entre 1595 e 1601, chegaram a este porto atlântico 23 579 escravos.

Segundo Rolando Mellafe, António Rodrigues de Elvas teria transportado para a Hispano-América, no período de vigência do seu *asiento*, 29 514 escravos africanos (Mellafe 1959, 26). Para o período dos contratos seguintes, entre 1622 e 1640, segundo Vila Vilar, teriam chegado 124 navios, dos quais 76 de Angola, 25 da Guiné, 9 de Cabo Verde e 5 de São Tomé. Neste período, o número de escravos transportados e registados à chegada foi de 16 260 (Vila Vilar 1977). Através de uma rede complexa de companhias que operavam nos portos de Cartagena, Panamá e Lima, estes milhares de negros eram canalizados para diferentes mercados regionais do Peru e do Chile, a partir da província de Santa Marta (até à abertura oficial da rota de Buenos Aires, no século XVII).

O tráfico de negros para o Peru (incluindo o Chile) era o mais longo de qualquer das rotas afroamericanas por envolver duas etapas distintas. Os barcos de África, com breve escala de refresco em Pernambuco (antes da ocupação holandesa), aportavam a Cartagena das Índias, na rota caribenha da América do Sul, ao cabo de cerca de dois meses de viagem. Os escravos eram acomodados em armazéns mal ventilados, limpos e objecto dos primeiros cuidados de saúde.

Os negros destinados ao Peru eram levados para Portobelo, no lado oriental do istmo do Panamá, fazendo depois a travessia do istmo a pé, firmemente agrilhoados, embarcando no porto de Perico, em direcção ao Callao, porto de Lima. De Cartagena a Portobelo, a viagem demorava nove ou dez dias. Aqui era necessário alojar os negros, enquanto se providenciava o seu transporte para Perico, viagem que demorava entre dois e quatro dias. A descida do Pacífico durava cerca de dois meses, considerando as paragens em Paita ou Trujillo para refresco ou venda de alguns negros. A duração desta viagem duplicava a travessia atlântica e também a mortalidade a bordo. Mas, por vezes, os negros seguiam daqui a pé, em récuas, até Lima, a fim de evitar as taxas cobradas no porto de Callao.

Das várias redes negreiras estabelecidas em Lima e Cartagena das Índias, de 1595 a 1630, merecem especial ênfase as dos cristãos-novos portugueses Manuel Baptista Peres e Jorge Fernandes Gramaxo. A sua correspondência comercial e memórias de contas, bem como os inventários de bens feitos pelo Santo Ofício de Lima em 1635 e pelas autoridades judiciais de Cartagena, revelam-nos informação importantíssima para o estudo do tráfico negreiro e da relação entre os negreiros e os negros.

Negros de muitas nações e castas

Na *Discrición del Piru, em particular de Lima*, escrita cerca de 1625 por um português, afirma-se que "o que mais assegura a cidade de que não se alcem os negros é serem eles de muitas nações e castas" (Portocarrero [1625], 42). A diversidade étnica e linguística

era uma vantagem para os negreiros, pois as dificuldades de comunicação limitavam os riscos de rebeldia. De facto, como sabemos, a proveniência dos escravos africanos, nos séculos XVI e XVII, era muito diversificada, mas nem sempre a classificação imposta pelos negreiros expressava a verdadeira identidade étnica. A referência a castas e nações é recorrente nas fontes coevas. Estes termos eram usados para distinguir a proveniência dos negros e a sua língua, embora, genericamente, na correspondência dos mercadores de negros, as designações comuns fossem "negros dos Rios" e "negros de Angola". Mas os inventários de negros e os registos das autoridades portuárias expressam uma ampla geografia de procedência dos negros. O Padre Alonso de Sandoval, com a pesquisa que efectuou a bordo dos navios negreiros em Cartagena, inventariou mais de setenta línguas e dialectos (Sandoval 1947). A precisão é relativa, pois, embora os negros não tivessem problemas de auto-identificação, à chegada a Cartagena, podiam declarar a aldeia de origem ou a filiação numa etnia dominante. Em todo o caso, sabemos que os portugueses, na fase do regime de *asientos*, traziam os negros fundamentalmente da Alta Guiné, com escala em Cabo Verde, da África Central atlântica (por via de Luanda), e das baías de Benim e Biafra (por via de São Tomé) (Hall 2005)[2]. Da Senegâmbia, entre os rios Senegal e Gâmbia, provinham os negros berbesis, jolofos e mandingas. Mais a sul, da costa da Guiné e Serra Leoa, os portugueses traziam negros biohos, brames, sapes, sosos e nalus. Na costa do Benim eram capturados os cocolis e os araras (Daomé); na baía de Biafra, os biafras e os caravalis.

Em Lima e Cartagena das Índias, podemos identificar esta ampla variedade, embora os negros dos Rios da Guiné (Senegâmbia) fossem os preferidos, seguidos dos de Angola. Em Cartagena, Jorge Fernandes Gramaxo, em 1620, tinha em sua casa três negras angolas, um negro banon e outro bram, além daqueles que tinha para venda na estância Bocachica e cuja origem os fiscais não registaram[3]. Em Lima, em 1623, o mercador Garcia Mendes de Donas tinha em sua casa quatro negras carabalis e uma balanta, além de um negro arara e outro carabali[4]. Nas casas de morada de Manuel Baptista Peres, na capital vice-reinal, os inquisidores encontraram, em 1635, dezassete negras, três mulatas livres e oito escravos varões, todos de proveniências diferentes (**fig. 1**). O licenciado Tomé Quaresma, preso no mesmo processo de Baptista Peres, tinha nove negros, dos quais três eram mulheres, todos de castas diferentes (ver fig. 1).

2 A respeito da questão de identificação das etnias africanas, ver o interessante estudo de Gwendolyn Midlo Hall (2005).

3 Archivo General de Indias (Sevilha) [AGI], Escribania, 589B, peça 32.

4 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 22, expediente 217.

Nações / Castas	Manuel Baptista Peres (mercador)		Tomé Quaresma (médico)		Total por nação / casta
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
Angolas	4		2	1	7
Araras	1		1		2
Balantas		1			1
Banoles		1			1
Biafras	3			2	5
Biohos		1			1
Brames	2				2
Cocolis		1		1	2
Congos	1	1	1		3
Crioulos	3	1			4
Folupos	2	1	1		4
Mandingas				2	2
Mulatos	3				3
Novas		1			1
Sapes			2	1	3
Total	19	8	7	7	41

1 Nações ou castas de negros nas casas de morada de portugueses em Lima (1635).

Fontes: AGN (Lima, Peru), Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 40, expediente 383, e caja 44, expediente 394.

Nas chácaras de Baptista Peres, em Bocanegra e Pachacama, identificámos doze procedências (**fig. 2**), sendo maioritários os negros dos Rios, seguidos dos angolas. As oito mulheres que se encontravam na chácara de Pachacama eram todas angolas, bem como os onze negros boçais identificados em São Lázaro.

Nações / Castas	Bocanegra		Pachacama		Total por nação / casta
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
Angolas		13	8	13	34
Araras		3			3
Balantas		3			3
Banones		9			9
Biafras		6			6
Biohos		3		1	4
Brames		9	1		10
Caravalis		1			1
Congos		3			3
Folupos	1	5			6
Mandingas		5			5
Sosos		2			2
Total	1	62	9	14	86

2 Nações ou castas de negros nas chácaras de Manuel Baptista Peres (1635).

Fonte: Archivo General de la Nación, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 23, doc. 243.

Os negros são mais fortes que os espanhóis

Los negros son más *fuertes que los españoles*, escreveu o português Pedro Leão de Portocarrero ([1625], 42) quando se referiu à multitude de negros que, em 1625, viviam em Lima. Esta afirmação denota mais desprezo pelos espanhóis do que simpatia pelos negros, tal como expressara o inca Guaman Poma de Ayala na sua *Nueva Coronica y Buen Gobierno* (Poma 1615, 725).

Não seriam mais fortes, mas eram aqueles que mais se exercitavam nos trabalhos duros. Chegados ao Peru, os negros não se adaptavam ao frio, o que impediu a sua utilização massiva nas minas andinas. De Lima, Baptista Peres, em 1632, escrevia a seu cunhado: "Em matéria de negros não há nada para dizer, quase todos estão em casa por vender, o frio trata-os muito mal…"[5].

5 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 23, expediente 243.

Os negros laboravam em diversas actividades, como a mineração, a agricultura, o artesanato urbano, o comércio e os serviços domésticos. Era nos vales costeiros, com clima quente e húmido, que melhor se aclimatavam e eram mais rentáveis. A sua adaptação ao clima tropical justifica a procura elevada para os trabalhos agrícolas, nomeadamente na produção de açúcar, azeite, milho, vinho e batatas das zonas costeiras. As plantações, sobretudo a sul de Lima, contavam com uma média de quarenta negros por unidade. As principais regiões produtoras de vinho e açúcar, no século XVII, como Pisco, Nasca, Condor e Ica, contavam com cerca de 20 000 negros, segundo Klein (1999, 22). Contudo, a sua actividade principal desenvolveu-se nas cidades, no desempenho de trabalhos especializados como vestuário, construção e subsistências. Segundo Herbert Klein, em Lima, em 1640, haveria 20 000 escravos, ou seja, cerca de metade da população urbana. Já Pedro Leão de Portocarrero, na sua *Discrición del reyno del Piru* (Portocarrero [1625], 42-43), avaliou, com algum exagero, que no distrito de Lima, em 1625, havia 40 000 negros escravos que realizavam uma grande diversidade de tarefas. Mais próximo do quantitativo proposto por Klein, Manuel de Mendiburu propõe, para o ano de 1616, 11 130 residentes de cor, entre negros e mulatos (Mendiburu 1874, 246). Na cidade encontramos uma panóplia de ofícios que eram exercidos por negros escravos para os seus donos ou em regime de aluguer: arrieiros, alfaiates, carpinteiros, ourives, ferreiros, alvanéis, padeiros, carroceiros, pregoeiros e, no caso das mulheres, lavadeiras, cozinheiras, amas-de-leite, vendedoras, entre outros.

Na casa do mercador Manuel Baptista Peres, em Lima, os inquisidores encontraram cinco botoeiros, cada um de sua *casta*, um carroceiro e um enfermeiro, além de duas negras que andavam "ganhando"[6]. O médico Tomé Quaresma tinha em seu poder dois canastreiros, além das escravas domésticas e de dois pajens. Os negros também desempenhavam funções de segurança pública ou privada, nomeadamente como guardas dos cárceres da Inquisição. Vale a pena citar o inquisidor Fernando de Montesinos, que redigiu um relatório do auto-de-fé celebrado em Lima a 23 de Janeiro de 1639, no qual foram condenados mercadores portugueses, entre os quais Manuel Baptista Peres e Sebastião Duarte:

> Antes de publicar-se o auto, encerraram-se os negros que serviam nos cárceres, em parte donde não pudessem ouvir, saber nem entender da publicação, para que não dessem notícia aos réus, pois ainda que a Inquisição usasse para isto negros boçais acabados de trazer da partida (o que só é possível neste reino), eram ladinos para os Portugueses, que como os trazem da Guiné sabiam as suas línguas, e assim isto os ajuda muito para suas comunicações com outros sinais como a do limão e o abecedário dos golpes, coisa notável […]. (Montesinos 2016)

Os negros dos Rios da Guiné estavam, de facto, mais familiarizados com os portugueses, mas não esqueçamos que cada "senhor" possuía escravos de diferentes etnias

6 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 30, expediente 299.

e falantes de línguas diferentes, embora, com o tempo e a convivência, estes fossem elaborando um dialecto misto que incorporava palavras comuns ao português e ao castelhano.

Os negros eram fortes, mas a dureza do trabalho, a frugalidade da alimentação e os problemas de saúde mal curados acrescentavam ao sofrimento psicológico próprio da condição de escravo um desgaste físico propício ao definhamento.

A internacionalização da doença

A morbilidade dos africanos levados para a América estava associada à natureza do próprio trato. A análise das doenças dos escravos negros tem suscitado interesse crescente nos investigadores, sem que tal implique a delimitação de uma patologia racial. Trata-se antes, a nosso ver, de estudar a contaminação e a propagação das doenças num contexto ambiental (considerando a susceptibilidade ou a imunidade), em relação com práticas alimentares e de higiene e com mudanças nas estruturas familiares e sociais. Alfred Crosby (1972, 31), a propósito das mudanças operadas no Novo Mundo a partir da viagem inaugural de Cristóvão Colombo, apresenta uma ideia tão simples quanto eficaz para introduzir a questão da internacionalização das doenças:

> When the isolation of the New World was broken, when Columbus brought the two halves of this planet together, the American Indian met for the first time his most hideous enemy: not the white man nor his black servant, but the invisible killers which those men brought in their blood and breath.

O parasitólogo mexicano Martínez Baéz (1969, 46-47) considera que na época pré-colombiana as zonas tropicais americanas eram pobres em doenças, situação que se alterou como a presença de europeus e africanos:

> [O trópico americano] enriqueceu-se com elas, se assim se pode dizer, quando lhe chegaram as sementes e os semeadores de doenças originárias de África, da Ásia, e possivelmente da própria Europa. Aqui as condições do ambiente físico e biológico, e também os factores humanos sob a forma de elementos sociais, económicos e culturais, permitiram a implantação e a propagação dessas doenças […].

Se os índios foram vítimas das doenças transmitidas pelos conquistadores, logo nos primeiros contactos, como a gripe, a varíola e o sarampo, a chegada dos negros aumentou a morbilidade dos nativos, pois os africanos, além de não terem imunidade aos vírus europeus, também transportavam os seus agentes contaminadores, como o paludismo, a febre-amarela e a lepra.

Na viagem de África para a América, os negros eram sujeitos a uma mudança radical das suas práticas alimentares e de higiene, pelo que contraíam doenças agregadas às condições da travessia, como o escorbuto, a disenteria e as oftalmias. Segundo o Padre Alonso de Sandoval, cada escravo comia apenas uma vez por dia uma tijela de farinha

de milho ou milho cru acompanhado de um pequeno jarro de água. Os problemas de salubridade, ventilação e desidratação provocavam enjoo, vómitos e diarreia (Navarrete 2005, 66). A mortalidade a bordo era elevada e os sobreviventes chegavam ao destino num estado deplorável, o que indignou os padres jesuítas que subiam a bordo ou entravam nos depósitos de negros recém-chegados a fim de os baptizar e de lhes prestar os primeiros cuidados.

Pedro de Mercado, na sua *Historia de la Provincia del Nuevo Reino y Quito de la Compañía de Jesús*, transcreve uma carta de S. Pedro de Claver ao Provincial de Cartagena onde descreve as degradantes condições de acomodação dos negros e os tratamentos aplicados aos enfermos pelos frades jesuítas (Mercado 1957, 240):

> Ayer (dice el venerable padre) treinta de mayo de este año de 1627, día de la Santísima Trinidad, saltó en tierra un grande navío de negros de los Ríos. Fuimos allí cargados con dos espuertas de naranjas, limones, bizcochuelos y otras cosas. Entramos en sus casas, que parecía otra Guinea; fuimos rompiendo por medio de la mucha gente hasta llegar a los enfermos de que había una gran manada echados en el suelo muy húmedo y anegadizo, por lo cual estaba terraplenado de agudos pedazos de tejas y ladrillos, y esta era su cama con estar en carnes sin hilo de ropa. Echamos manteos fuera y fuimos a traer de otra bodega tablas y entablamos aquel lugar y trajimos en brazos los muy enfermos rompiendo por los demás. Juntamos los enfermos en dos ruedas, la una tomó mi compañero con su intérprete, apartados de la otra que yo tomé; entre ellos había dos muriéndose, ya fríos y sin pulso; tomamos una teja de brasas y puesta en medio de la rueda junto a los que estaban muriendo, y sacamos varios olores, de que llevábamos dos bolsas llenas que se gastaron en esta ocasión, y dímosles un sahumerio poniéndose encima de ellos nuestros manteos, que otra cosa ni la tienen encima ni hay que perder tiempo en pedila a sus amos; cobraron calor y nuevos espíritus vitales, el rostro muy alegre, los ojos abiertos y mirándonos.

Além de serem tratados como animais selvagens, deitados nus no chão húmido do armazém sobre cacos de tijolo, ainda sofriam de desnutrição e da violência do desterro. O conforto e o alimento proporcionados pelos frades atenuavam-lhes a tristeza.

A acomodação melhorava ligeiramente na viagem pelo Pacífico porque era do interesse do negreiro preservar a saúde dos seus negros para evitar prejuízos na venda. Para a viagem de Cartagena das Índias a Lima, os negreiros providenciavam tábuas de pau espinheiro para os negros dormirem, uma dieta básica feita à base de biscoito e agasalho rudimentar feito de burel; mas a fragilidade dos negros sujeitos, durante meses, a condições de existência infra-humanas dificultava-lhes a sobrevivência em mais uma viagem que podia durar quatro meses.

Para a viagem no Pacífico, o mercador Manuel Baptista Peres enviava regularmente, de Lima para Cartagena, farinha para alimento dos negros, bem como mantas para agasalho. Ainda assim, apesar destes cuidados, a mortalidade que, na melhor das hipóteses rondava os 5%, ultrapassava quase sempre os 10%. Em 1620-21 a taxa foi elevadíssima, com uma mortalidade de 21%. Em 1628-29, dos 264 negros embarcados em Cartagena, apenas chegaram vivos 236, vindo onze destes a morrer em terra, o que perfaz uma taxa de mortalidade de 15%. A taxa mais baixa atinge-se em 1630-31, com 4,5%, subindo para

13% em 1633-34[7]. De qualquer modo, ainda havia quem se desse por satisfeito, como o negreiro português residente em Cartagena, António Nunes Gramaxo, expressou em carta a Sebastião Duarte: "Lamento as mortes dos negros que v. Mercê teve até aí, se bem que julgo não serem muitos para tanta máquina, queira Nosso Senhor que não aumentem demasiado que com isto nos contentaremos todos seus servidores"[8].

Na correspondência dos mercadores de Lima é constante o lamento pelos mortos a bordo, bem como a preocupação com a vida dos enfermos. Queixava-se o médico português Brás de Paz Pinto em Cartagena das Índias que os enfermos não queriam comer carne, talvez pela estranheza da dieta. O tratamento dos doentes contava ainda com a adição de vinho, laranjas, grão e açúcar, investimento que nem sempre resultava, como muito bem advertiu Paz Pinto em carta ao mercador de Lima Manuel Baptista Peres:

> Dos 3 negros, os dois dos Rios estão no mesmo estado, com febre contínua, tratados pelo Vaz e amiúde mimados […] e temo pelos dois que, depois de ter-se gasto com mão larga e com gosto, como faço com todas as coisas de V. M., me dêem como paga o desgosto de irem buscar outra vida que, conforme a doença e o estado, será o mais certo. O angola vai melhorando e por enquanto não está para embarcar.[9]

A alimentação dos negros que aguardavam a venda, nas chácaras ou estâncias dos negreiros, era providenciada por estes e administrada pelos seus mordomos. A dieta era variada para evitar a doença e a desvalorização dos negros. Sebastião Duarte, companheiro de Manuel Baptista Peres, responsável pela compra e transporte de negros de Cartagena para Lima entre 1627 e 1635, elaborou memórias dos gastos com a alimentação que nos informam da comida dos negros. Fundamentalmente, carne de vaca e de porco, peixe salgado, ovos, milho, cevada, pão e bananas. Aos negros doentes administrava uma dieta adequada à doença, que podia consistir em carne de aves, grão-de-bico, abóbora, caçabe, mel, laranjas, açúcar, vinho tinto, doce ou polpa de marmelo (Mellafe 1959, 174). Também Baptista Peres, em 1635, na sua chácara Bocanegra, nos arredores de Lima, gastava diariamente com 94 negros, segundo os inquisidores, oito arrobas de carne, uma botija de mel, e quinzenalmente uma pedra de sal e meia arroba de feijão, às sextas e sábados[10]. Com os doentes, segundo a mesma fonte, gastava meia arroba de carne de carneiro e quatro reais de pão por dia.

Aparentemente, no caso destes negreiros, a alimentação dos negros que aguardavam a venda era suficiente. Contudo, o seu estado de debilidade, após meses de viagem, e o contacto com novos agentes bacteriológicos ou virais reduziam bastante a sua capacidade de sobrevivência.

---

7 Os dados quantitativos que permitem fixar estas percentagens constam nas memórias de contas de Manuel Baptista Peres.

8 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 30, expediente 299, fl. 235.

9 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 30, expediente 299, fls. 251-252.

10 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 40, expediente 383.

Globalmente, sabemos que, no período colonial, ocorreu um fenómeno epidemiológico notável, ou seja, uma mudança extraordinária na frequência e distribuição de doenças que afectou sobretudo os índios e os africanos e, embora em menor grau, os europeus. Os nativos da América foram dizimados por enfermidades desconhecidas trazidas por europeus e africanos, como a varíola, o tifo exantemático, a febre-amarela, a lepra, a cólera, o tétano e o sarampo, além de outras doenças infecto-contagiosas, como a gripe, a tuberculose, a pneumonia, a varicela e a difteria. A este rol de patologias acrescentem-se ainda as doenças parasitárias como disenteria, ascaridíase e helmintíases, e enfermidades venéreas que afectavam índios e negros (Fajardo Ortiz 1996, 30). André Nogueira (2012, 179-196) esclarece que o clima tropical potencializava a virulência das doenças sexuais, tornando-as mais intensas e frequentes quando comparadas à sua ocorrência na Europa, pois "nos países muito quentes o vírus venéreo é muito mais ativo, e seus acidentes mais funestos".

Os negros também levaram para a América a framboesia (causada pela mesma bactéria que provoca a sífilis), a tripanossomíase, a "calentura pútrida" ou vómito negro. O mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da febre amarela, viajou das costas da África Ocidental, a bordo dos navios negreiros, e encontrou habitat adequado nas regiões húmidas americanas, tendo vitimado indígenas e europeus num amplo espaço desde as Antilhas ao Peru (Fajardo Ortiz 1996, 30-32). Ou seja, os negros infectados ou simples portadores dos "assassinos invisíveis" intensificavam o ritmo de mortalidade dos índios. A varíola foi a doença que causou mais vítimas durante toda a época colonial, tanto na população índia como nos negros.

Também o tifo exantemático provocou surtos de elevadíssima mortalidade. Era conhecido como febre lenticular, pintas, tabardilho, tabardete, febre maligna ou tifóidea. Na documentação privada dos mercadores, as doenças mencionadas são aquelas já conhecidas pelos europeus (varíola, sarampo, tifo, tuberculose, pneumonia, lepra), pois os restantes padecimentos apenas são apresentados pelos sintomas ou marcas, como febre, vómitos, diarreia, dores, inchaços, chagas. A lepra ou mal de S. Lázaro também se difundiu por toda a América através dos portos coloniais, vitimando sobretudo os negros. Para evitar a sua propagação, os doentes, sobretudo de raça negra, eram isolados em lazaretos.

Os próprios europeus não eram imunes a doenças infecciosas, como a varíola, a febre-amarela, a malária, o paludismo, as bubas ou sífilis, a leishmaniose, a tripanossomíase e as verrugas peruanas. Assiste-se, pois, a uma internacionalização das doenças, ao ritmo dos contactos entre populações detentoras de diferentes graus de susceptibilidade e de imunidade.

Segundo Carlos Federico Guillot (1950), quando uma raça contacta sistematicamente com outra muito distante histórica e filogeneticamente, produz-se uma espécie de "osmose patológica"; ou seja, cada raça transmite à outra os seus morbos peculiares. Foi, de facto, o que aconteceu entre europeus, índios e africanos.

Em 1630, Manuel Baptista Peres escreveu de Lima a seu cunhado Sebastião Duarte, estante em Cartagena, informando das mercadorias que lhe enviava, para a acomodação dos negros, e também da mortalidade e das doenças dos negros que recebera:

> Temos, da nossa conta, mortas algumas trinta e duas peças no mar e em terra, e uma negra cega e outras que não valem nada, e por vender da nossa conta, 40 peças das quais sabe Deus se morrerão algumas […] há muita diversidade de figuras como tortos, loucos, chagados, herniosos e bubas.[11]

No ano seguinte, Baptista Peres volta a queixar-se da morte de negros, desta vez devido à varíola e ao sarampo:

> Dos negros que este ano vieram por minha conta, haverá em casa oito ou nove que quase todos estão herniosos. Tudo se gasta com o tempo. Graças a Deus, depois de V. Mercê partir não morreu nenhum. Não pode [Diogo do] Vale dizer outro tanto que, após a saída da armada, morreram-lhe 18 de varíola e de sarampo, que Deus nos guarde.[12]

O mercador português queixa-se recorrentemente, na sua correspondência, da mortalidade dos negros, vítimas de doenças graves:

> Os prejuízos que tivemos este ano pelas mortes de negros, que ainda não parou o mal, pois desde que V. Mercê saiu desta casa morreram cinco peças, três delas num dia, dois da nossa conta e o negro Cacheu do senhor capitão Pedro Duarte, de um mal que não durou 24 horas, e uma negra muito formosa de Garcia Vaz, e um negro do ano passado. E estão outros três para morrer. Que de tudo seja Deus servido, pois sempre ordena que o mais sacrificado seja eu. O negro Dramuziando está a morrer da chaga com que V. Mercê o trouxe e de diarreia, que será impossível que viva.[13]

O Padre Alonso de Sandoval, que assistia os negros em Cartagena, informa que os negros morriam de "diarreias muito cruéis que lhes davam, de dor de costado, febres altas, outros de varíola, tabardilho e sarampo e de um mal incurável que chamam de Luanda com que se lhes incha todo o corpo e apodrecem as gengivas, de que costumam morrer de repente…" (Navarrete 2005, 131).

Além das doenças adquiridas na travessia, como o escorbuto ("mal de Luanda"), ou na América, os negros apresentavam por vezes deformações resultantes dos maus-tratos, da crueldade do transporte ou sequelas de enfermidades contraídas. Tortos, loucos, pasmados e melancólicos havia muitos. Mas sobretudo cegos (as doenças oftálmicas eram comuns entre os negros escravos, como "nuvens nos olhos"), coxos, entrevados e herniosos.

Os negros com deformações ou os *cimarrones* eram identificados nas memórias que acompanhavam os lotes para venda, com a intenção de se advertir o eventual cliente e evitar qualquer reclamação futura. Foi uma indicação desta natureza que Sebastião

---

11 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 30, expediente 299.
12 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 30, expediente 299.
13 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 30, expediente 299, fls. 238-239.

Duarte levou de Bibiana, crioula de Cabo Verde: "Bibiana, crioula de Cabo Verde que tem os pés tortos e não sei se tem algo nas mãos. Esta, sou de parecer que se venda em Nazca porque me parece ser algo cimarrona e lá dizem que não há tanto lugar de se poder fugir"[14].

Quando os compradores, no prazo de três dias, detectavam problemas de saúde nos negros tinham o direito de exigir ao vendedor a sua cura. Foi o que fez o português João Rodrigues Mesa, em 1632, ao apresentar ao alcaide ordinário de Cartagena uma reclamação contra Diogo de Morais, que lhe vendera trinta negros, trazidos dos Rios da Guiné, alguns dos quais estavam doentes, conforme certificara o médico Brás de Paz Pinto: um negro busis com dor de cabeça e bicho, outro negro biafara com dor de rins e uma negra sape com dor de cabeça, bicho e febre, além de outra negra bram com a perna esquerda inchada e dor de cabeça e febre.

O médico Paz Pinto identificou ainda outras enfermidades nos restantes negros: um negro bram com hérnias muito grandes nos testículos e dois inchaços nas virilhas que o impediam de caminhar; um negro folupo com uma nuvem no olho direito e um sinal de ferida sobre o mesmo olho; um negro biafra com muitas manchas na cara e no corpo, que pareciam de morfeia, e uma hérnia no testículo direito; outro negro folupo com uma hérnia no umbigo; outro negro bram com muita tosse e dor de cabeça. Outros havia que tinham feridas, dentes podres e dedos partidos. Em 1636, o mesmo mercador, detentor de um armazém para negros na cidade de Cartagena, entre os seus bens confiscados pela Inquisição tinha 31 escravos negros de Angola que apresentavam diversas deformações e marcas: dedos tortos, quistos nas mãos, manchas de morfeia no rosto, cicatrizes e, na maioria deles, falta de dentes em ambos os maxilares. E ainda uma negrita louca, surda e muda.

Remédios e curas

Médico, cirurgião ou barbeiro tinham conhecimento e funções distintas regulamentadas por lei. Ao médico competia tratar as doenças dos órgãos internos do corpo, o cirurgião operava e o barbeiro arrancava dentes e fazia sangramentos. Tanto os cirurgiões como os médicos tinham formação universitária, embora com estudos diferentes, tendo os segundos uma formação clássica mais profunda que implicava, naturalmente, o estudo do latim. Os médicos aprendiam a diagnosticar a causa da doença, a fazer um prognóstico e a escolher a terapia adequada. Além destes, os boticários eram também profissionais importantes porque lhes competia a preparação dos medicamentos.

Não dispomos de informação relevante sobre as práticas médicas em Lima, embora tenhamos identificado alguns médicos, licenciados, particularmente os portugueses Tomé Quaresma e Francisco Maldonado da Silva. Em Cartagena identificámos quatro médicos portugueses na década de 30 do século XVII: Fernando Vaz da Silva, Mendo

14 AGN, Inquisición, Santo Oficio, Contencioso, caja 23, expediente 243, fl. 40.

Lopes do Campo, João de Mendonça e Brás de Paz Pinto, que chegaram a bordo de navios negreiros. Estavam todos de passagem, excepto o último, que aqui morreu nos cárceres da Inquisição em 1638. O bacharel João Mendes Neto chegara aqui mais cedo, quando o número de negros ainda era reduzido, e tratou sobretudo pacientes europeus e crioulos. Talvez o licenciado Tomé Quaresma curasse, em Lima, os negros doentes do capitão Manuel Baptista Peres, uma vez que eram amigos e cúmplices. Mas o mercador nunca se refere à actividade do médico. Sabemos, sim, que Peres tinha na sua livraria um livro de medicina muito apreciado, *Cirurgia universal*, de autoria do médico português João Fragoso, editado em Madrid em 1581.

Nas Índias Ocidentais, a medicina, nos séculos XVI e XVII, era praticada por médicos peninsulares, que logo se adaptaram ao contexto ambiental e cultural, incorporando as tradições locais na medicina europeia[15]. Como ilustração, João Mendes Neto refere, na sua obra *Discursos medicinales*, que logo tomou conhecimento de uma "raiz com que se purgavam os índios" e que produzia excelentes resultados, além de outras plantas medicinais locais com propriedades curativas que o médico identificou, classificou e usou em benefício dos seus pacientes. Tratava-se, pois, de uma medicina empírica, herdeira de Hipócrates e Galeno, mas dependente de improvisos e eivada de algum curandeirismo.

Tanto a bordo dos navios como nos portos, os negreiros tinham médicos ou cirurgiões que tratavam as enfermidades dos negros. Em Cartagena das Índias, Brás de Paz Pinto, entre 1622 e 1636, foi o médico de negros, ligado a todas as redes comerciais dos portugueses no reino do Peru. Na sua correspondência, apreendida pelos inquisidores de Cartagena, aquando do processo de 1635, encontram-se informações interessantes a este respeito. Ele próprio confirmara aos ouvidores da Audiência de Santa Fé, em 1630, no âmbito da composição de estrangeiros, a sua profissão e o contexto da sua residência neste porto negreiro:

> Brás Paz Pinto, cirurgião, natural da cidade de Évora, em Portugal, de quarenta anos de idade, disse que havia oito que embarcara em Angola no navio Santa Catarina, mestre João Pinto, que veio com registo de escravos, e ele com praça de cirurgião, e trouxera alguns por sua conta e outros alheios sob o dito registo, e não tivera outra licença, e que por terem morrido todos de varíola, excepto dois, e ter ficado pobre ficara na dita cidade de Cartagena onde se ocupava no exercício do seu ofício e em comprar negros doentes e que curando-os os tornava a vender.[16]

Antes deste houve João Mendes Neto, bacharel em Medicina pela Universidade de Salamanca, que passou a Santo Domingo em 1562 e chegou a Cartagena das Índias poucos anos depois. Neste porto viveu o resto da sua vida, praticando uma medicina com rasgos de curandeirismo milagroso. Aqui escreveu, em 1607, o discurso da sua vida e dos tratamentos e curas que realizou em Cartagena. Os *Discursos medicinales* são um relato vivo de doenças, sintomas, curas, uma colecção fascinante de histórias clínicas

15 Em Lima, na Universidade de S. Marcos, criada em 1571, formaram-se alguns protomédicos.
16 AGI, *Santa Fé*, 56B, N. 73 A.

que constitui uma fonte singular para a história do quotidiano na sociedade colonial. Acorria a todos os enfermos que o solicitavam, tanto a senhores como a seus escravos domésticos.

As suas anotações sobre a identidade dos seus pacientes informam-nos de que, na sua prática médica, o bacharel Mendes Neto exerceu o ofício num contexto de uma forte diversidade social, étnica e cultural, tendo atendido tanto a elite local como os pobres e os escravos. Esta sua intervenção na cura de senhores e de seus escravos pode ser ilustrada com um episódio que reproduz com detalhe nos *Discursos medicinales*. Uma linda negra crioula, de 15 ou 16 anos, pajem de uma senhora que estava tratando, apresentou sinais de doença que apenas Mendes Neto notou. Sua dona a queria como filha e rogou-lhe que a salvasse. Embora com um prognóstico negativo, empenhou-se bastante no tratamento da negrita. Sangrou-a, mas 30 horas depois a febre não baixara. Deu-lhe de beber numa cabaça, deu-lhe de comer alface cozida com azeite, vinagre e açúcar e uma banana assada. No dia seguinte mandou recolher a urina e achou-a crua, fina e escura. Fê-la beber xarope de endívia, mandou sangrá-la de novo e, depois de esta suar bastante, receitou-lhe abóbora guisada com molho de açúcar branco. Contra a vontade do médico, a sua senhora viria a dar-lhe purgantes de ruibarbo, canafístula e tamarindo, caldo de carne e vinho tinto. Piorou a negra e ao médico português só lhe restou purgá-la de novo, ao que sobreveio uma "intensa dor de barriga soltando pedaços de tripas", vindo a falecer pouco depois (Méndez Nieto 1989, 336-337). Tanto as novas enfermidades como as já conhecidas dos europeus, uma vez desenvolvendo-se em áreas coloniais, adquiriam maior virulência e desafiavam os curadores oriundos do Velho Mundo.

Sebastião Duarte registou, em diferentes "Memórias", despesas médicas com os seus negros doentes: açúcar para gargarejos, camisas velhas para curar e sangrar, seringas, ventosas, pedras de bezoar[17], cera amarela para fazer unguentos, mel de Castela e mostarda (Mellafe 1959, 174). Estas listas incluíam ainda unguentos de diferentes qualidades, nomeadamente um de chumbo que se comprava em onças, sendo, em geral, usado em emplastros secantes e refrescantes para queimaduras, pústulas ou chagas infecciosas. Também se socorria de xaropes e óleos transportados em botijas de vidro, como xarope violado (usado como sonífero), xarope de murta (para abrir as vias respiratórias) e de limão, óleo de rosa mosqueta e de maçanilha (azeitona pequena), mel de cola (árvore da África equatorial cujos frutos têm aplicação medicinal) e folhas de *sen,* ou acácia da Índia, com propriedades laxantes ou purgantes.

O risco de contágio entre os negros e entre estes e a comunidade local era prevenido pela construção de armazéns, nos subúrbios, onde os escravos eram depositados, ou ainda pela sua colocação em chácaras ou estâncias a algumas léguas da cidade, quer em Lima quer em Cartagena. A quarentena era obrigatória no caso de lepra e varíola.

17 Cálculo formado no estômago de alguns animais, entre os quais cabras e lamas, e que tinha funções medicinais.

Em Lima, o bairro de S. Lázaro, na margem esquerda do Rímac, surge cartografado pela primeira vez em 1611. Era um bairro periférico que albergava serviços poluentes como o matadouro, curtumes, olarias, além de um lavadouro junto ao rio. Alegando o risco de propagação de doenças contagiosas trazidas pelos negros, o vice-rei Guadálcazar, na sequência de uma proposta do Consulado de Mercadores, determinou, em 1624, que se edificassem casas "grandes e capazes no bairro de S. Lazaro, junto ao matadouro novo, para onde seriam levados todos os negros trazidos de Terra Firme"[18]. Em 1633, o vice-rei Chinchón já informava o monarca de que haviam sido construídos quatro quarteirões para negros boçais, em resultado da cobrança de uma taxa sobre a venda de carne de vaca aprovada pelo Cabido. Estas casas tinham "compartimentos e corrais competentes para que os negros pudessem espairecer" e nelas vivessem, separadamente, homens e mulheres e "bem orientadas a sotavento (para o cerro de S. Cristóbal) para que o vento sul que corre por essa banda não pudesse inficionar"[19]. Os negreiros pagavam de aluguer três pesos por escravo por cada dois anos. Em 1635, estas casas rendiam mil pesos ao Cabido. Também em Cartagena havia numerosas estâncias dos negreiros portugueses, entre as quais a de Bocachica, que pertencia ao riquíssimo mercador e negreiro portimonense Jorge Fernandes Gramaxo.

Em síntese, o comércio de negros constituiu um factor de internacionalização da doença. Numa época em que a medicina não dispunha ainda de meios para combater as doenças infecto-contagiosas, a susceptibilidade dos grupos humanos, desprovidos de imunidade e sujeitos ao contacto forçado com agentes bacteriológicos e virais desconhecidos, acarretou níveis de mortalidade elevadíssimos.

Na escravidão começam todos os danos e trabalhos e uma morte contínua

O recurso massivo aos negros como mão-de-obra escrava na América decorre das dificuldades em recorrer aos índios, não só pela elevada mortalidade em resultado das epidemias, como pela legislação em sua defesa, nomeadamente as *Leyes Nuevas* (1542) que proibiam o repartimento. Em todo o caso, esta não os libertava do trabalho compulsivo nas minas, onde os negros manifestavam sérias dificuldades de adaptação devido ao clima frio. As exigências da economia colonial justificaram, então, o recurso à mão-de-obra escrava africana. Assim, o tráfico humano não só se tornou o meio para incrementar a produção, como transformou o negro numa mercadoria. Mercadoria geradora de elevados lucros, tanto para os particulares como para o Estado, o negro constituiu o cerne dos negócios de redes comerciais transatlânticas nas quais os portugueses, no século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, foram protagonistas.

Se a escravidão do índio suscitara, no século XVI, uma longa controvérsia, representada pela oposição entre Bartolomeu de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda (debate

18 AGI, *Lima*, 431.
19 AGI, *Lima*, 44.

de Valladolid, 1542), já a legitimação legal e teórica da escravidão do negro era consensual entre os europeus, quer na Europa, quer na América. O padre jesuíta Alonso de Sandoval, em Cartagena desde 1606, escreveu a *História da Ethiopia*, um dos livros mais completos sobre etnografia de África, em 1627 (Sevilha), corrigido e aumentado na segunda edição, de 1647 (Madrid). Tendo dedicado a sua vida a evangelizar e a cuidar dos negros que chegavam a Cartagena nos navios negreiros, não se manifestou contra a escravidão, alegando que tal matéria competia aos teóricos, mas defendia um tratamento humano e cristão para os escravos. Para o efeito usou a metáfora do corpo humano (Sandoval 1947, 75):

> Não quero condenar, no que digo, a diferença de estados, que esta já é força que havia na República, como num corpo diferentes partes, que se todos fossem cabeça, olhos ou mãos, não poderíamos andar nem ver, nem ouvir, nem fazer outras obras convenientes. […] O que condeno é, que o amo não se contente com a desigualdade, que o estado traz consigo, mas que a isto acrescente tudo o que pede o seu capricho. É verdade que os pés no corpo são pés, e os olhos são olhos, mas, para andar, tão importantes são os pés, como para ver, os olhos, e por serem pés não tomais um alfange e os cortais ou maltratais, mas procurais abrigá-los, lavá-los e limpá-los, e se adoecem não os enviais a um hospital, mas os curais com tanto cuidado como carne vossa e parte do vosso corpo. O mesmo haveis de fazer com os vossos escravos, e servos, pois verdadeiramente são vossos pés, e de tanta estimação, em ordem ao vosso serviço, descanso, honra e fazenda.

O padre jesuíta, não só admitiu a escravidão, como assumiu a compra de negros para o seu serviço. A sua preocupação era o bom tratamento do escravo. Sobre a alforria colocava reservas quando a libertação não garantia a independência do escravo. Por exemplo, sendo idosos ou doentes, considerava uma desumanidade libertá-los, pois tal seria uma condenação ao desamparo e à mendicidade (Sandoval 1947, 113).

Os padres jesuítas que actuavam em Cartagena, ou os franciscanos e dominicanos de Lima, tinham escravos negros ao seu serviço. A defesa da liberdade do índio não favorecia os negros. Contudo, se os religiosos defendiam um tratamento humano para os escravos africanos, como o Padre Pedro de Claver, também os colonos ou, até, os negreiros admitiam, muitas vezes, afecto pelos seus negros domésticos, sobretudo do sexo feminino e crianças. Não estudámos a correspondência de todos os negreiros portugueses. Todavia, encontrámos alguns exemplos que documentam uma relação multi-étnica que, não fosse a condição de escravo, fazia do negro doméstico um membro da família. No arquivo pessoal de Baptista Peres e do seu sócio, encontrámos vales ou encomendas que testemunham um quotidiano de vivência multi-étnica. Por exemplo, Sebastião Duarte encomendou, em 1635, a um mestre sapateiro de Lima, uns sapatos de couro para um mulato, uns botins para uma negra e uns sapatos leves para um negrito. Acrescem as referências a negros domésticos doentes tratados pelo nome, expressando genuína preocupação com o seu sofrimento.

O negreiro Jorge Fernandes Gramaxo teve uma relação amorosa com uma mulata, da qual teve uma filha a quem deu o nome Leonor, tal como uma das suas irmãs, e

providenciou que aprendesse a ler e a escrever[20]. Acarinhou ambas com desvelo. De facto, as manifestações de afecto, que envolviam sobretudo mulatas, são expressivas de uma relação paradoxal entre senhor e escravo. Mas também o Padre Alonso de Sandoval se contradizia ao justificar a escravatura e, ao mesmo tempo, admitir sincera compaixão pela condição do escravo.

Frederick Bowser (1974) considera que, comparativamente com outros negreiros, Baptista Peres tratava muito bem os seus negros. Todavia, em geral, a preocupação com a manutenção dos negros apresenta-se como uma manifestação de espírito mercantil, mais que de espírito humanitário, questão que a sociedade dominante da época não assumia.

Para finalizar, porque a doença dos negros, desterrados e maltratados nos tristes trópicos, nos remete para questões mais transcendentes que, a partir do século XVIII, vão suscitar na Europa um debate tão intenso que culminará na abolição do comércio de negros e, depois, da escravidão, aqui fica uma reflexão do Padre Sandoval na sua *História da Ethiopia* (Sandoval 1947, 121):

> Na escuridão começam todos os danos e trabalhos e uma morte contínua […]. Se as leis civis consideram o desterro como linhagem de morte civil, será de mais chamar morte à triste escuridão? Pois não só é desterro, mas também sujeição, e fome, tristeza, nudez, afronta, prisão, perpétua perseguição, enfim, uma reunião de todos os males. Por isso, com muita razão, homens de bem querem antes morrer que ser escravos dos seus inimigos.

Desterrados num mundo desconhecido, sujeitos à dessocialização e à despersonalização, os escravos africanos definhavam de muitas maneiras, uma delas, por melancolia, doença sem antídoto para quem é privado da sua liberdade e da sua dignidade.

Bibliografia

BOWSER, Frederick P. 1974. *The African Slave Trade in Colonial Peru. 1524-1650.* Redwood City: Stanford University Press.

CHAMBOULEYRON, Rafael *et al*. 2011. "'Formidável contágio': epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 18 (4): 987-1004.

CROSBY, Alfred W. 1972. *The Columbian Exchange: biological and cultural consequences of 1492.* Westport: Greenwood Press.

FAJARDO Ortiz, Guillermo. 1996. *Los caminos de la Medicina colonial en Iberoamérica y las Filipinas*. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de Mexico.

GOLDBERG, Martha B.. 2011. "Vida y muerte cotidianas de los negros en el Rio de la Plata". *Vida cotidiana de los negros en Hispanoamérica*. Fundación Ignacio Larramendi.

20 AGI, *Santa Fé*, 109, N. 27, fl. 667v.

GUILLOT, Carlos Federico. 1950. *Historia de las dermatosis africanas en el Nuevo Mundo*. Buenos Aires: Librería y Editorial El Ateneo.

HALL, Gwendolyn Midlo. 2005. "Crossing the Atlantic Ocean: African ethnic groups in the Americas". *Topoi. Revista de História da UFRJ* 6 (10): 29-70.

KLEIN, Herbert S. 1999. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.

MELLAFE, Rolando. 1959. *La introducción de la esclavitud negra en Chile: tráfico y rutas*. Santiago de Chile: Universidad de Chile.

MÉNDEZ Nieto, Juan. 1989. *Discursos Medicinales compuestos por el lic. Juan Mendez Nieto, que tratan de las maravillosas curas y sucesos que dios nuestro señor a querido obrar por sus manos, en çinquenta años que a que cura ansi en españa, como en la isla española y reyno de tierra firme. En Cartagena, indiana, año de 1607*. Introd. de Luis S. Granjel, transc. de Gregorio del Ser Quijano e Luis E. Rodríguez-San Pedro. Salamanca: Universidad de Salamanca / Junta de Castilla y León.

MERCADO, Pedro de, S.J. 1957. *Historia de la Provincia del Nuevo Reino y Quito de la Compañía de Jesús*, ed. digital a partir de Bogotá, Empresa Nacional de Publicaciones, Tomo I. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: http://213.0.4.19/servlet/SirveObras/01715741326705022990035/index.htm.

MONTESINOS, Fernando de. 2016. *Auto de fe celebrado en Lima en 1639*, ed. crítica Marta Ortiz Canseco, coord. Esperanza López Parada. Frankfurt: Vervuert.

NAVARRETE, María Cristina. 2005. *Genesis y desarrollo de la esclavitud en Colombia, siglos XVI y XVII*. Cali: Universidad del Valle.

NOGUEIRA, André. 2012. "Universos coloniais e 'enfermidades dos negros' pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho". *História, Ciências, Saúde* 19: 179-196.

PORTOCARRERO, Pedro Leão de [1625]. *Discrición del reyno del Piru, em particular de Lima* [manuscrito]. Biblioteca Nacional de Portugal, cota ESP 280.

SANDOVAL, Alonso de. 1947. *Historia da Ethiopia, naturaleza, policía sagrada y profana, costumbres, ritos y catecismo evangélico, de todos los etíopes con que se restaura la salud de sus almas*, 1.ª ed. 1627. Madrid.

VILA Vilar, Enriqueta 1977. *Hispanoamerica y el comercio de esclavos*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos.